

O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES COMO REGIÃO DE FRONTEIRA*

por**

Gilberta Pavão Nunes Rocha,
José Damião Rodrigues,
Artur Boavida Madeira,
Albertino Monteiro

“elle como profetizando disse os primeiros pouoadores dessas Ilhas roçarão, e trabalharão, e seus filhos semearão, os netos uenderão, e os mais descendentes fugirão dellas o que assim aconteceo, conforme o que ate aqui os tempos nos tem mostrados”

Frei Diogo das Chagas (século XVII)

Todas as sociedades se hierarquizam em função de um centro, mas este não é definido nem necessária nem suficientemente com base em critérios de centralidade geométrica ou geográfica. De igual modo, as periferias ou as franjas de uma dada sociedade recobrem áreas muito distintas, que não se definem obrigatoriamente em função da sua localização física, mas a partir da relação mantida com o centro¹.

No entanto, existem periferias territoriais. De facto, quando consideramos factores como a distância em relação ao centro, a localização

* Comunicação apresentada *VI Congreso da ADEH*, organizado pela Asociación de Demografía Histórica (ADEH) e pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco, Castelo Branco, 18 a 20 de Abril de 2001.

** Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

¹ Cf. Edward Shils, *Centro e Periferia*, “Memória e Sociedade”, Lisboa, Difel, 1992, pp. 53-54 e 102.

espacial de uma região no extremo espaço onde pode alcançar a acção – e chegarem os benefícios – daquele mesmo centro, falamos de fronteira, entendida como o limite geográfico da sociedade.

O estudo da fronteira tem vindo a merecer a atenção de especialistas de várias áreas científicas, nomeadamente dos historiadores e a época medieval tem fornecido bons exemplos para uma discussão em torno desse conceito e das relações centro/periferia². Vejamos o caso dos reinos cristãos peninsulares, durante a Reconquista: se existiam entre estas fronteiras políticas, aquela que se impunha pela sua evidência – fronteira étnica, cultural, religiosa e militar – era a fronteira com o Islão e as monarquias cristãs procuravam organizar a ocupação do espaço nas regiões fronteiriças em função da guerra e de necessidades defensivas³.

Com o arranque da expansão ultramarina ibérica, cujos marcos iniciais foram Ceuta, no caso português, e as Canárias, no caso castelhano, o Atlântico converteu-se, no dizer de Guillermo Céspedes del Castillo, numa *nova fronteira*⁴. Esta, apesar da sua novidade, não representou uma ruptura com os esquemas medievais no que se refere à organização social dos novos espaços ocupados, reproduzindo-se neles os modelos ensaiados na Península ao longo da Idade Média.

A expansão ultramarina foi um movimento migratório e a emigração arrastou consigo a fronteira externa das sociedades reinóis, colocando as respectivas periferias em espaços insulares isolados no meio do oceano. Um dos meios utilizados pela coroa para garantir o povoamento das ilhas consistiu no envio para estas de degredados. A intenção dos monarcas, ao canalizarem, por este meio, homens para as ilhas era evidente: tratava-se de assegurar o seu povoamento, com a obrigatoriedade de fixação nas mesmas de um contingente humano que, de outro modo,

² Veja-se o conjunto de textos reunidos em Robert Bartlett e Angus Mackay (eds.), *Medieval Frontier Societies*, Oxford, Clarendon Press, 1989.

³ É o conceito de uma sociedade organizada para a guerra. Cf. Manuel González Jiménez, “Frontier and Settlement in the Kingdom of Castile (1085-1350)”, in Robert Bartlett e Angus Mackay, *ob. cit.*, pp. 4974.

⁴ Guillermo Céspedes del Castillo, “Raíces peninsulares y asentamiento indiano: los hombres de las fronteras”, in Francisco de Solano (coord.), *Proceso histórico al conquistador*, “Alianza Universidad, 544”, Madrid, Alianza Editorial-Sociedad Quinto Centenario, 1988, pp. 37-50, *maxime* pp. 44-45; sobre este assunto veja-se igualmente Luís Adão da Fonseca, “O horizonte insular na experiência cultural da primeira expansão portuguesa” in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente - Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, vol. 1, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Universidade dos Açores, 2001, pp. 57-93.

para lá não iria⁵. Reproduzia-se, desta forma, o que já havia sido praticado nas regiões fronteiriças do reino. A partir da década de 1460, a coroa parece ter optado por uma política diferente: em vez dos degredados, assistiu-se então à vinda para as ilhas de “povoadores oficiais”, muitos dos quais, numa primeira fase, oriundos do Algarve⁶. Contudo, no final do século encontramos ainda documentos referentes a degredados nas ilhas açorianas.

A utilização de escravos foi outro dos meios utilizados em algumas das ilhas como forma de assegurar o início do seu povoamento e exploração económica. Tal parece ter sido o caso do Pico, onde encontramos, nos primeiros anos do século XVI e de acordo com um alvará de Jos Dutra, escravos com a tarefa de guardar o gado dos moradores⁷. De forma ainda mais notória, escravos africanos, possivelmente trazidos de Cabo Verde pelos FONSECAS, senhores das Flores e do Corvo e da ilha de Santo Antão⁸, foram um elemento

⁵ Ver, entre outros, Timothy J. Coates, *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1750*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 108-110; e José Damiano Rodrigues, “No povoamento dos Açores”, in *O Algarve – da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*, coordenação de Maria da Graça Maia Marques, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 163-166.

⁶ Acerca deste assunto, ver, entre outros, Artur Teodoro de Matos, “Origem e reminiscências dos povoadores das ilhas atlânticas”, in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, Porto, Universidade do Porto, 1989, pp. 241-252; e, do mesmo autor, “Povoamento e colonização dos Açores”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. I, pp. 176-188.

⁷ Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, *Fundo Ernesto do Canto*, Manuscritos, 20, doc. 61, 3 de Junho de 1511, fl. 70. O alvará do capitão Jos Dutra menciona uma postura dos oficiais do Pico que proibia que os moradores da ilha tivessem escravos como pastores, determinando que a referida postura se não aplicasse a Pedro Anes do Canto, pelo pouco gado que este possuía. Este texto encontra-se publicado: *Arquivo dos Açores*, edição fac-similada da edição original, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. XII, 1983, pp. 404-405. O documento indica que a medida (postura) tinha sido tomada pelos oficiais do Pico e não, como se lê no texto publicado no *Arquivo dos Açores*, para os ditos oficiais.

⁸ Sobre esta questão e o paralelismo que se poderá detectar entre o povoamento das ilhas das Flores e do Corvo, por um lado, e a ilha de Santo Antão, por outro, ver Carlos Guilherme Riley, “Uma fronteira ocidental: as Flores e o Corvo no contexto das rotas atlânticas”, comunicação apresentada ao *Colóquio Internacional de História Atlântica (Séculos XV-XVI)*, organizado pelo Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 4-8 de Novembro de 1991, *maxime* nota 33.

determinante, enquanto “colonos compulsivos”⁹, no povoamento definitivo da ilha do Corvo, que se iniciou somente por meados do século XVI¹⁰.

Assim, no final de Quatrocentos e primeira metade de Quinhentos, a ocupação humana da periferia açoriana avançava, apesar das dificuldades. Marcos fronteiriços perante o oceano, os Açores iriam desempenhar, pela sua localização, um papel fulcral no apoio à navegação. O estabelecimento das grandes rotas oceânicas – a *rota do Cabo*, a *Carrera de las Indias* – transformou os Açores numa escala vital de retorno e as medidas tomadas pelo poder central confirmam essa posição charneira: D. Manuel criou a *armada das ilhas*, para fornecer protecção às armadas que tocassem o arquipélago açoriano; em 1520, foi publicado o *Regimento para as naos da Índia nos Açores*; e, em 1527, foi criado o cargo de provedor das armadas, com sede em Angra¹¹.

Mas se as ilhas constituirão “o valhacouto e socorro mui principal das naas da Índia”, como escreveu Bartolomeu Ferraz a D. João III, em 1543, aquele não se esqueceu de aconselhar o monarca a fortificá-las, pela sua exposição aos ataques de corsários que procuravam os navios que frequentavam a escala açoriana¹². E é precisamente a noção de *fronteira* como zona de guerra que continuamos a encontrar como traço definitório do arquipélago em diversos textos posteriores.

Numa breve notícia da vitória alcançada em Junho de 1632 pelos moradores do Corvo contra uma armada turca, o autor afirma que os habitantes das ilhas, pelo facto de se encontrarem à mercê dos ataques de cor-

⁹ A expressão é de Ilídio Cabral Baleno, “Povoamento e formação da sociedade”, in Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, Lisboa-Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical-Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, p. 160.

¹⁰ Para além do texto indicado *supra*, nota 8, ver Artur Teodoro de Matos, “Povoamento e colonização dos Açores”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. I, pp. 176-188, *maxime* pp. 182-183 e 188; Carlos Alberto Medeiros, “Porto Santo e Corvo: aspectos da ocupação humana em espaços insulares restritos”, *Islenha*, n.º 3, Julho-Dezembro 1988, pp. 6-18, *maxime* p. 12.

¹¹ Sobre estas questões, ver Artur Teodoro de Matos, “Os Açores e a carreira das Índias no século XVI”, in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. II — Séculos XVI-XX, “Imprensa Universitária, 24”, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, pp. 93-110; *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa (Novos elementos para o seu estudo)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1990.

¹² Cf. *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1981, pp. 364-367, citação de p. 366. Relativamente à política de defesa das ilhas, adoptada pela Coroa portuguesa a partir de meados do século XVI, ver Maria Olímpia da Rocha Gil, *O Arquipélago dos Açores no Século XVII. Aspectos Sócio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, edição de autor, 1979, pp. 339-352.

sários e piratas, vivem como numa “fronteira de inimigos”¹³. A mesma imagem foi recuperada pelo Padre António Cordeiro, menos de um século depois, ao escrever que “cada huma das taes Ilhas he huma perpetua, & viva sempre fronteyra, & de guerra sempre viva com Mouros, Cossarios, que com ninguem tem paz”¹⁴.

Desta forma, os Açores tornaram-se um pólo de atracção para o corso. Isoladas no meio do oceano, vulneráveis aos ataques inimigos – em particular, as ilhas mais pequenas e situadas nos limites do perímetro açoriano (Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo) –, as ilhas apresentavam as condições que permitiram a permanência de uma ideia militar de fronteira, com um impacto negativo no desenvolvimento das ilhas, designadamente nas de menor dimensão. Com efeito, a expedição argelina de 1616 a Santa Maria traduziu-se no cativo de cerca de 222 habitantes, de que apenas seriam resgatados um terço¹⁵. A frágil demografia das ilhas não podia deixar de sofrer com essa sangria.

Se as ilhas eram uma fronteira, era preciso conhecê-la para melhor a dominar e impor a autoridade e a ordem centrais. A coroa portuguesa procurou sempre informar-se das suas realidades, bem como tutelar os poderes locais nelas sediados. Mas, se os monarcas actuaram neste sentido em relação aos Açores, percebendo o arquipélago como um todo, o certo é que as informações e o comportamento dos agentes régios assinalaram desde o século XVI, a nível interno, a existência de uma hierarquização espacial e de zonas periféricas dentro da própria periferia.

Em 1567, Pompeo Ardití viajou pela Madeira e pelos Açores¹⁶. A sua missão, no contexto das medidas defensivas tomadas pela coroa face ao

¹³ *RELAÇAM Breve e Mvy Verdadeira Da Grande, E Maravilhosa Victoria Ove Deos Nosso Senhor foy seruido dar, aos moradores da Ilha do Coruo, contra dez poderosas Naos de Turcos, a ella forã pera a roubar, & catiuar*, Lisboa, por Mateus Pinheiro, 1632, p. 1. Esta relação foi agora editada, com um estudo introdutório da autoria de Carlos Guilherme Riley, um texto actualizado da autoria de João Saramago, e um fac-símile do original: *Relação breve da grande e maravilhosa vitória dos moradores da ilha do Corvo contra dez poderosas naus de Turcos. ANNO MDCXXXII*, Corvo, Câmara Municipal do Corvo, 1993.

¹⁴ Padre António Cordeiro, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, edição fac-similada da edição *princeps* de 1717, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 522.

¹⁵ Cf. Nelson Veríssimo, “A Redenção dos Cativos: Algumas Questões a Propósito do Saque à Ilha de Santa Maria, em Junho de 1616”, in *Actas do Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*, Horta, 10-13 de Maio de 1993, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 209-224.

¹⁶ Sabemos pouco a respeito de Pompeo Ardití e da sua missão junto da coroa portuguesa. Especialista nas “cousas da fortificação”, terá sido nesta qualidade que se deslocou às ilhas. Em

curso, era *ver* as ilhas e informar o rei da respectiva situação, com dados sobre o número de moradores, a vida económica, o estado dos portos e dos direitos reais, que podemos tomar aqui como índices de desenvolvimento¹⁷. A periferia interna dos Açores foi definida em função do olhar e do circuito de Pompeo Arditì. Santa Maria não foi visitada e mereceu apenas algumas palavras sobre a boa produção cerealífera e a criação de gado, não dando o autor qualquer informação sobre a população ou os seus portos¹⁸. Além de Santa Maria, a margem açoriana integrava as ilhas Graciosa, Flores e Corvo: “As outras *pequenas ilhas, que não vimos*, Graciosa, Flores e Corvo, não têm nada de notável, e, além de pequenas, são de pouca utilidade dando as três de rendimento ao Rei menos de dois mil ducados por ano”¹⁹. Dimensão, diminuta contribuição financeira para os cofres reais e localização excêntrica em relação ao eixo São Miguel-Terceira-Faial remetiam estas ilhas, no relatório de Pompeo Arditì, para um quase-limbo.

Se, como acima referimos, os Açores eram muitas vezes percebidos pelo poder central como um todo, a realidade era, porém, bem diferente: a insularidade não afectava todas as ilhas por igual e a especificidade de cada uma condicionava o seu nível de desenvolvimento. No campo económico, por exemplo, era bem visível aquilo a que José Guilherme Reis Leite para a segunda metade do século XVIII chamou “uma certa incompreensão das Ilhas, como entidades produtivas diferentes”²⁰: perante a exportação de cereais para

1570 recebeu um alvará de vencimento pelos serviços prestados à coroa: ver Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. I: A-G, 1899, pp. 512-513. Encontram-se ainda outros dados em Silvano Peloso e Carmen M. Radulet, “Documentos e textos sobre os Açores nas Bibliotecas e nos Arquivos italianos: uma pesquisa histórica e bibliográfica”, in *Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico. Do Descobrimento à II Guerra Mundial*, Actas do II Colóquio Internacional *Os Açores e o Atlântico*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, pp. 163-180, *maxime* pp. 175-179.

¹⁷ A tradução portuguesa de uma relação de Pompeo Arditì — relação existente em Pesaro — está publicada: “Viagem de Pompeo Arditì de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores (1567)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. VI, 1948, pp. 173-183. A necessidade de *ver* e *saber* estão bem expressas na seguinte passagem, referente a São Miguel: “[...] demorando-nos na ilha quarenta dias e cavalgando-a nesse tempo quase toda; porem mais claramente do que poderia e saberia descreve-la, contarei o que em grande parte vi e o que em parte ouvi à gente da terra digna de crédito.” (p. 175)

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, p. 181 (sublinhado nosso).

²⁰ José Guilherme Reis Leite, “Administração, sociedade e economia dos Açores, 1766-1793”, *Arquivo Açoriano. Enciclopédia das Ilhas dos Açores*, vol. 16º, Parte 3ª, Fascículos 24-35, 1972, p. 395.

a Corte e para a Madeira e as assimetrias de produção que caracterizavam o arquipélago, geravam-se situações de fome e de penúria nas ilhas mais desfavorecidas. No campo demográfico, e para o mesmo período, são também já bem visíveis as desigualdades: “Ainda e uma vez mais, podemos constatar como a evolução global não corresponde à de cada uma das ilhas, sendo a diversidade uma característica fundamental do arquipélago açoriano”²¹

Inicialmente desertas, as ilhas açorianas começaram a ser povoadas no século XV. O povoamento, entendido como uma acção dinâmica e que se prolongou nos séculos, transformou um espaço selvagem em paisagem humanizada. Talvez por isso, isto é, pela reconhecida capacidade de adaptação e de resistência dos ilhéus a condições difíceis, estes foram o recurso do poder central para povoar e defender outras periferias do império: no século XVIII, açorianos, mas também madeirenses, foram enviados para o Sul e para o Norte do Brasil; no século XIX, o planalto de Huíla, em Angola, seria ocupado graças também ao contingente madeirense.

A mobilidade torna-se, assim, uma característica fundamental deste espaço de fronteira, moldando a demografia das diversas ilhas até à actualidade:²² quer se trate de movimentos emigratórios, os mais significativos, quer de movimentos internos de entrada ou saída de outros pontos do território nacional ou até de fixação temporária de gentes nacionais e estrangeiras. Ao longo dos séculos e em momentos particulares, nele serviram interesses vários, muitos dos quais associados à posição estratégica do arquipélago no Atlântico, ponto de passagem e apoio de avanços tecnológicos ou de guerras, hoje ainda vivas na memórias de muitos dos seus habitantes²³. Sublinhamos para este período mais recente a sua importância nos dois grandes conflitos mundiais. Segundo José Medeiros Ferreira “ Com o eclodir da guerra, e durante o período em que Portugal não é considerado potência beligerante (até Março de 1916), assiste-se à utilização desigual dos portos do arquipélago por navios ingleses e alemães...”, ou ainda, citando um telegrama do conde de Alte, ministro de Portugal em Washington para Lisboa em 1917 “ É possível que a esqua-

²¹ Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do séc. XVIII”, in *Actas do III Colóquio Internacional - Os Açores e o Atlântico*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1991, p. 96.

²² Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.

²³ Cf. Luís Andrade, *Os Açores a II Guerra Mundial e a Nato*, Ponta Delgada, Imprazor, 1992; António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições Asa, 1993; Luís Andrade, *Neutralidade Colaborante*, Ponta Delgada, Coingra, 1993.

dra americana que vai policiar Atlântico precise ponto de apoio nossas ilhas...”. E mais à frente “Com a chegada da II Guerra Mundial, os Açores vão ser encarados pela potências marítimas de duas formas radicalmente diferentes: primeiro como fronteira entre o “perturbador continental” e essas potências marítimas, depois como articulação entre as margens do Atlântico... Esta dupla função estratégica do arquipélago não é apenas um apanágio do passado e pode colocar-se de novo no futuro.”²⁴ Realça-se, assim, e uma vez mais, a continuidade do arquipélago como região de fronteira.

Sendo a mobilidade, designadamente a emigração, um fenómeno que desde o início marca de forma indelével o evoluir da sociedade açoriana, iremos em seguida desenvolver um pouco mais esta questão essencial da demografia deste arquipélago atlântico e de cada uma das suas ilhas.

“A emigração é um fenómeno complexo nas suas causas, condições e resultados”²⁵. Acresce que as migrações, sejam internas ou externas, constituem-se como o fenómeno demográfico de mais difícil caracterização e mensuração em qualquer época e em praticamente todo o mundo. As fontes, na sua generalidade, são esparsas ou de duvidosa fiabilidade e mesmo quando existem séries anuais aceitáveis surgem muitas questões sobre a sua real representatividade; por outro lado, a mobilidade dos elementos dos estratos mais baixos e das franjas da sociedade, a clandestinidade e o exercício de funções burocráticas e militares surgem também muitas vezes como obstáculos a uma correcta interpretação do fenómeno.

Pelas razões aduzidas, torna-se difícil, se não mesmo impossível, determinar com segurança os valores correspondentes à presença portuguesa em terras africanas, asiáticas e americanas, tanto mais que, como afirmou A. J. R. Russell-Wood, o império português se caracterizou por um permanente fluxo e refluxo de gentes das mais variadas condições sociais e com distintos objectivos²⁶. Em períodos mais recentes, com informação estatística organizada e publicada por serviços públicos especializados, as lacunas e a fiabilidade dos dados são ainda uma realidade. Se esta situação não é comparável à verificada em épocas anteriores, não deixa de ser mais acentuada do que a que encontramos para as outras variáveis demográficas.

²⁴ José Medeiros Ferreira, *Com os Açores no Dobrar do Século*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999, pp. 92, 101.

²⁵ Alexandre Herculano, “A emigração”, in *Opúsculos*, 4ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1873, p. 107.

²⁶ Cf. A. J. R. Russell-Wood, *A World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia, and America, 1415-1808*, Manchester, Carcanet-Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 63.

A certeza que nos fica, no entanto, é de que a emigração foi um dos fenómenos mais marcantes da história nacional, que percorreu toda a sociedade portuguesa, quase até aos nossos dias. Desde o século XV que se assistiu a movimentações de gentes para quase todo o globo, influenciadas, sobretudo, pelas descobertas e colonização dos novos espaços mundiais. Ainda no século XV, os Portugueses saíram para as praças marroquinas, para os arquipélagos da Madeira e dos Açores e para o noroeste africano, mas foi sobretudo no final do século, com a chegada à Índia e com a descoberta do Brasil, que essas movimentações adquiriram uma nova dinâmica.

A migração das gentes portuguesas enquadra-se num movimento mais vasto da expansão europeia, direccionado sobretudo para o Novo Mundo²⁷. Entre 1500 e 1800, estima-se que 2 a 3 milhões de europeus, com especial preponderância para Portugal e Espanha, tenham empreendido um percurso intercontinental que, em várias regiões, chegou mesmo a contribuir, pela sua dimensão, para a formação de novas sociedades²⁸.

A colonização dos Açores foi, em si mesmo, como dissemos, obra de migrantes que, de diversas partes do reino, acorreram às ilhas atlânticas na procura de um novo espaço seu. O êxito obtido na colonização deste e doutros espaços atlânticos foi de tal forma que o modelo acabou por ser adoptado, mais tarde, na colonização e organização administrativa do território brasileiro. E, desde cedo, ainda no século XVI, deparamos com indivíduos das ilhas açorianas nas mais variadas partes do império. Ao serviço de Deus ou do rei, encontramos açorianos nas praças africanas e na Índia, nos navios de navegadores e de exploradores, na “missão” de difusão da fé cristã ou, simplesmente, como colonizadores e militares²⁹.

²⁷ P. C. Emmer, “European expansion and migration: the european colonial past and intercontinental migration; an overview”, in P. C. Emmer & M. Mörner (ed.), *European expansion and migration. Essays on the intercontinental migration from Africa, Asia, and Europe*, Oxford, Berg Publishers, 1992, pp. 1-12.

²⁸ Sobre a importância de Portugal neste movimento cf., entre outros, as resenhas apresentadas por Vitorino Magalhães Godinho, “Portuguese emigration from the fifteenth to the twentieth century: constants and changes”, in P. C. Emmer & M. Mörner (ed.), *European expansion and migration... ob. cit.*, pp. 13-48 e por Stanley L. Engerman e João César das Neves, “The Bricks of an Empire 1415-1999: 585 years of Portuguese Emigration”, *The Journal of European Economic History*, vol. 26, n° 3, 1997, pp. 473-474. A perspectiva espanhola é sublinhada, entre outros, por Carlos Martínez Shaw, *La emigración española a América (1492-1824)*, “Cruzar el Charco, 11”, Gijón, Fundación Archivo de Indianos/Mercantil Asturias, 1994.

²⁹ Cf. José Damião Rodrigues, “Os Açores e a expansão: bens e gentes no espaço colonial português (séculos XV a XVIII)”, separata de *Insulana*, Ponta Delgada, 1993, pp. 147-181.

Mas foi sobretudo no Brasil que se jogaram, ao longo do tempo, até à segunda metade do século XIX, os destinos de muitos açorianos. Indivíduos que haviam estendido a fronteira lusa oceano adentro, até às ilhas atlânticas, partiriam depois para traçar os novos limites do império. Aliás, até ao século XIX, um aspecto que não pode ser descurado é o da participação açoriana, em longa duração, na colonização do Brasil, em muitos espaços desse vasto território e, muitas vezes, como pioneiros na fundação de algumas povoações.

Em Maio de 1541, cerca de um século depois do início da colonização dos Açores, já o Dr. Manuel Álvares declarava: “Nesta ilha [=São Miguel] senhor ha muitos cavaleiros e homens de remdas e por a maior parte os homeis destas ilhas sam a cavallo desemvoltos e ligeiros e forçosos e desta só ilha se poderam tirar trezentos homeis cavaleiros nas vomtades e obras e cada huum destes ao menos que pode levar sam dous piõis que sam por todos novecemos”³⁰.

Em 1550, foi a própria coroa a incentivar Pêro Anes do Canto no sentido de envidar esforços no sentido de recrutar açorianos que deveriam ser encaminhados para o Brasil, para a colonização desse território e, em particular, para a fundação da Baía³¹. Tal como ocorreu posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, a coroa já disponibilizava meios de transporte e prometia terras como forma de aliciamento dos futuros colonos.

Um outro testemunho da emigração quinhentista chega-nos pela pena de Gaspar Frutuoso. Segundo o cronista, em 1579, Diogo Fernandes Faleiro teria incentivado e apoiado financeiramente alguns parentes seus, que se encontravam na miséria, a procurarem melhor sorte no Brasil³².

Apenas esboçado no século XVI, o fluxo emigratório para o Brasil tornou-se mais frequente no século seguinte. Foi sobretudo para o Pará e Maranhão que, ao longo do século XVII, foram canalizadas as gentes dos Açores. A documentação já analisada permite apontar para uma corrente considerável, entre 5 000 e 6 000 indivíduos. Constituíam essencialmente os “casais das ilhas”, fórmula adoptada pela coroa para caracterizar os emigrantes/colonos ilhéus. Se acrescentarmos, entretanto, a estes números os de alguns recrutamentos militares, ficamos com a noção de que, no século XVII, o contributo açoriano assumiu uma relevância especial na afirmação

³⁰ Cf. *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1981, p. 162.

³¹ Cf. “Carta de elrei de 11 de Setembro de 1550 – Fundação da cidade da Bahia e colonos das ilhas”, in *Arquivo dos Açores*, vol. XII, pp. 414-415.

³² Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Terceiro das Saudades da Terra*, 2ª .ed. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1983, pp. 60-61.

do Brasil colonial. Por exemplo, entre 1637 e 1645, assistiu-se à saída de mais de 2 600 recrutas, homens jovens em idade casadoira e indispensáveis para o amanho das terras. Saliente-se que muitos destes homens, pelo tempo que dispensavam ao serviço militar, acabaram por se estabelecer no Brasil sendo, por isso, insignificantes os movimentos de retorno.

Se distribuímos estes valores pelo período de cem anos, ficamos com um volume emigratório de cerca de 80 a 90 indivíduos/ano, sem qualquer significado na evolução da população e suas estruturas. Se considerarmos, no entanto, que estes movimentos foram efectuados episodicamente, ao longo do tempo, envolvendo, em determinados momentos, volumes que correspondiam a 8% ou 9% da população da ilha ou ilhas, deparamos com uma situação diferente. É que se tratava, no caso dos “casais” ou mesmo no dos recrutamentos, de gente jovem, facto que condicionava naturalmente as estruturas demográficas e que tinha reflexos a curto ou médio prazo na própria evolução populacional, influenciando no comportamento da natalidade e da nupcialidade.

O fluxo emigratório açoriano foi mais contido na primeira metade do século XVIII. Pelo menos, não é conhecida documentação que nos permita apreender uma grande movimentação como a que ocorreu ao longo das centúrias anteriores e, posteriormente, nos meados do século XVIII. A promulgação da lei de 20 de Março de 1720, com aplicação nas ilhas, surgiu como um entrave à livre circulação de homens entre o reino e o Brasil ao exigir uma justificação documental a todos os que para aí se pretendiam deslocar. Não obstante, ao longo da primeira metade de Setecentos, a coroa continuou, contraditoriamente, a apoiar e a promover a saída de “casais” ilhéus. Interessava, sobretudo, povoar, explorar e defender as regiões fronteiriças do sul – Sacramento, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e do norte – Maranhão e Pará. Em contrapartida a este interesse da coroa, surgiram algumas dificuldades, que importava debelar, nas ilhas do grupo central³³.

³³ As erupções vulcânicas de 1718 e 1720, na ilha do Pico, terão suscitado o apoio da Coroa para a saída de alguma gente (cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Açores*, caixa 2, doc. 30). Um pedido de António Gonçalves, pedreiro, carpinteiro, ferreiro e serralheiro, administrador da construção da ermida de Santo Antão, na Ribeirinha, em que pedia a sua passagem para o Brasil, é sinal de que algo se processava com alguma regularidade (AHU, *Açores*, caixa 2, doc. 32). Quanto às movimentações posteriores, em 1722, relativas à mesma ilha, não terão merecido a mesma atenção. A este propósito ver Avelino de Freitas de Meneses, *Gentes dos Açores: o número e a mobilidade em meados do século XVIII*, trabalho elaborado no âmbito de Provas de Agregação, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997, policopiado, e, do mesmo autor, “Os Ilhéus na colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720”, *Arquipélago-História*, 2ª série, vol. III, 1999, pp. 251-264.

Na década de 1730, as autoridades governativas e militares estabelecidas no Rio Grande do Sul procuravam também, por todos os meios, assegurar a ocupação desses territórios. As solicitações para que lhes fossem enviados ilhéus foram inúmeras, mas sem grande efeito³⁴. Só a partir de 1745, com uma política mais orientada, é que se começaram a remeter casais para esse território. Feliciano Velho Oldemberg passaria a transportar anualmente dois casais de ilhéus com destino a essas paragens³⁵. Tratava-se, inquestionavelmente, de uma movimentação com pouco significado e que, concerteza, não teve qualquer impacto na colonização daquela capitania. O contributo açoriano à concretização desse objectivo fez-se sentir somente alguns anos mais tarde em paralelo com a colonização de Santa Catarina.

Foi, sem dúvida, em meados de Setecentos que o fenómeno emigratório se intensificou. A saída de açorianos para as terras do Brasil fez-se sentir quando os moradores das ilhas, num pedido dirigido ao rei, em 1746, solicitaram a passagem aos sertões que se achavam desertos, sustentando que existia “uma grande multidão de povo que nelas se acha sem emprego”³⁶. Argumentava-se, então, com uma saturação demográfica e consequente desemprego sem que a terra crescesse em área ou rendimento. As crises frumentárias sucediam-se com alguma frequência e atingiam, com diferentes ritmos, as várias ilhas³⁷. Além disso, as crises cerealíferas de Antigo Regime eram acompanhadas, geralmente, de fomes e doenças que afectavam as populações de mais poucos recursos que acabavam por morrer com maior intensidade. A emigração surgia, assim, como forma de fuga a estas situações mais críticas.

Com base nesse pedido mas, ao mesmo tempo, respondendo a alguns objectivos de carácter nacional, iniciou-se um período de grande intensidade emigratória que se estendeu, sensivelmente, ao longo de cinco

³⁴ Cf. Eugénio dos Santos, “Os açorianos no povoamento e defesa do extremo meridional do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul”, *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX* (Actas do Colóquio, 1993), Horta, 1995, pp. 373-385.

³⁵ Cf. Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, Rio de Janeiro, 1950, tomo I, p. 289.

³⁶ Cf. AHU, *Açores*, caixa 3, doc. 10, onde se expõem, em nome dos moradores das ilhas dos Açores, os argumentos para a saída para as terras do Brasil (1/8/1749).

³⁷ Cf. Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. II, pp. 31-146, *maxime* pp. 38-77 e Quadros 2 e 3, pp. 143-4. Do mesmo autor, cf. o artigo “A insuficiência frumentária do Faial-Pico em meados do século XVIII”, *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX* (Actas do Colóquio, 1993), Horta, 1995, pp. 333-342.

anos³⁸. As razões apontadas pela documentação da época fazem sobressair sobretudo as dificuldades demográficas e económico-sociais sentidas nalgumas ilhas, decorrentes da insuficiência frumentária que se abatia sobre a maior parte delas. Manuel de Sousa Menezes, aceitando esses episódios pontuais da economia açoriana como próprios da época, sublinha, no entanto, o interesse manifesto da coroa em promover intensivamente a emigração de açorianos em correlação directa com a necessidade de ocupação de algumas zonas do Brasil meridional³⁹: “Não pode deixar dúvida que a razão primacial que presidiu ao esforço do povoamento do Sul do Brasil pelos casais açorianos, em emigração dirigida pelo Estado, foi uma questão de fixação de nacionalidade. Era a posse pela ocupação que o povoamento traduzia e vinha efectivá-la a colonização açoriana.” Tratou, assim, de um movimento perfeitamente controlado e disciplinado pela monarquia, pelo protagonismo patente na documentação que regulamentou a saída dos ilhéus e que disciplinou a sua fixação em território brasileiro⁴⁰.

A partir de 1747 estavam, pois, criadas as condições para a saída de inúmeros “casais” açorianos. O número correcto de indivíduos que terão transitado para o Brasil não encontra, no entanto, a unanimidade dos vários autores. Não obstante, em 1747 encontravam-se alistados cerca de 8 000 indivíduos – entre casais e solteiros – de várias ilhas. Subtraindo as ilhas de São Miguel e da Terceira, com valores manifestamente reduzidos, todas as outras ilhas tiveram uma contribuição assinalável. Salienta-se, sobretudo, a de São Jorge, onde mais de 1/5 da população estava disposta a procurar novas oportunidades no espaço brasileiro, e, com menor importância, as ilhas Graciosa, Pico e Faial que apontavam menos de 1/10 dos seus efectivos populacionais. Em termos globais, o arquipélago perdia neste movimento cerca de 5,25% da sua população, facto que não dei-

³⁸ Cf. AHU, *Açores*, caixa 3, doc. 11 (1/9/1749). Veja-se, também, a “Provisão regia ordenando o transporte e estabelecimento de colonos açorianos na Ilha de Santa Catharina, no Brazil” e o “Edital publicado nas ilhas dos Açores relativo ao transporte de colonos, a que se refere a Provisão antecedente”, in *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1980, pp. 377382.

³⁹ Cf. Manuel de Sousa Menezes, “Os casais açorianos...”, *ob. cit.*, pp. 40104.

⁴⁰ Sobre a emigração açoriana, numa perspectiva brasileira, durante este período cf., entre outros, Walter Piazza, *A épopeia açórico-madeirense: 1747-1756*, Santa Catarina, UFSC/Editora Lunardelli, 1992; Oswaldo R. Cabral, “Os açorianos”, in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, vol. II, pp. 503-608; Walter F. Piazza e Wilson Francisco de Farias, “O contributo açoriano ao povoamento do Brasil”, in *Actas da III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense* (1989), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 191-220. Para uma visão açoriana da questão cf. Avelino de Freitas de Meneses.

xa de ser considerável, sobretudo, se considerarmos essa gente jovem, quer em termos de fecundidade, quer quanto ao seu desempenho económico-social. A evolução da população de algumas destas ilhas, nos anos subsequentes, nas décadas de 1760 e 1770, foi um reflexo nítido destas movimentações de meados do século⁴¹.

Sublinha-se, no entanto, que este movimento não foi somente direccionado para Santa Catarina. Em 1751, por exemplo, encontravam-se alguns casais “que se tinham alistado para irem para o estado do Pará e Maranhão”⁴² e muitos daqueles que se fizeram transportar para Santa Catarina procuraram instalar-se noutras regiões que lhes pareciam mais favoráveis – Rio Grande do Sul – ou a isso foram obrigados pelo seu estado de pobreza⁴³.

Depois da efervescência colonizadora de meados do século de que resultou, pelo menos parcialmente, o povoamento do Brasil meridional, com especial incidência no Estado de Santa Catarina, a lei de 4 de Julho de 1758 foi peremptória em limitar a emigração, sob o argumento de que existia falta de mão-de-obra para assegurar o normal funcionamento das ilhas⁴⁴. Foi uma lei ímpar, com aplicação restrita aos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Somente em Junho de 1760 foram tomadas medidas semelhantes para controlar as movimentações internas e externas das gentes do reino⁴⁵. Trata-se, igualmente, de uma lei contraditória quanto aos objectivos. É que, por um lado, procurava evitar qualquer saída dos habitantes das ilhas mas, por outro, deixava-se em aberto as saídas familiares controladas pelo Estado. Aliás, pela leitura do documento, parece-nos claro que o sucesso do recrutamento de “casais” [política régia] dependia de uma verificação mais efectiva sobre as saídas isoladas de indivíduos que fugiam à burocracia estatal.

⁴¹ Cf. Artur Boavida Madeira, *População e emigração nos Açores – 1766-1820*, Cascais, Patrimonia, 1999.

⁴² Cf. AHU, *Açores*, caixa 3, docs. 45 (29/5/1751), 46 (26/6/1751) e 50 (18/2/1752).

⁴³ Sobre a colonização do Rio Grande do Sul cf., entre outros, Henrique Oscar Wiederspahn, *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Instituto Cultural Português, 1979, pp. 33-40 e *Açorianos no Rio Grande do Sul. Documentos interessantes* [documentação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1755-1788)], transcrição de Maria Helena Peña Ghisleni, Porto Alegre, Edições Caravela, 1991.

⁴⁴ Cf. *Código 529 do Arquivo Histórico Ultramarino: a capitania-geral dos Açores durante o consulado pombalino* (introdução e fixação do texto de José Guilherme Reis Leite), Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais – Universidade dos Açores, 1988, pp. 89-92.

⁴⁵ Cf. Jorge Fernandes Alves, *Os brasileiros – emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, s. ed., 1994, pp. 106-107.

Se esta legislação conteve os movimentos oficiais dos açorianos, é facto assente que, na clandestinidade ou com os mais variados argumentos, a emigração nunca deixou de se realizar. Ao longo da segunda metade de Setecentos, as movimentações de açorianos ocorreram, no entanto, numa escala mais reduzida, condicionada pelos interesses estatais, e só nos finais do século foi retomada a política de recrutamento de casais para o Brasil. Este facto deveu-se, por um lado, à pressão exercida pelo cumprimento da legislação anti-emigratória e, por outro, aos recrutamentos militares que periodicamente eram realizados no arquipélago⁴⁶. Aliás, julgamos que esses recrutamentos serviram de entrave às saídas individuais, condicionando igualmente as perspectivas familiares. É que, pela sua dimensão, chegaram mesmo a afectar a própria estrutura sócio-económica do arquipélago.

A preocupação com a saída de gentes é uma realidade evidente no trabalho de índole demográfica sobre S. Miguel levada a efeito pelo sargento-mor João Leite de Chaves e Melo Borba Gato, ao tempo da reedificação do Castelo de S. Brás em Ponta Delgada na última década de setecentos. Na sua análise, levada a efeito por Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, pode ler-se: “... se visava chamar a atenção para o estado caótico e “pérfido” da administração real nas ilhas, pretendia sobretudo quantificar de forma segura a emigração de indivíduos em idade militar...e, ao mesmo tempo, avaliar o número de mancebos a incorporar no exército real”⁴⁷.

O valor dos açorianos como colonos teria assumido uma tal importância que, nos finais do século XVIII, o desembargador Diogo Inácio de Pina Manique recorre às gentes do arquipélago para o povoamento de Alcoentrinho. Em Novembro de 1779, a curveta *Nossa Senhora da Oliveira* transportou 15 casais de São Miguel, correspondendo a 78 pessoas, que se haviam oferecido voluntariamente para povoar e cultivar aquelas terras⁴⁸. Esta movimentação incentivada por Pina Manique continua ainda ho-

⁴⁶ Cf. Artur Boavida Madeira e José Damião Rodrigues, “A emigração para o Brasil: as levas de soldados no século XVIII”, in *Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses – Universidade dos Açores, 2001, vol. 2, pp. 109-130.

⁴⁷ Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “População, Economia e Sociedade Micaelense em finais do séc. XVIII – o mapa da população de João Leite de Chaves e Melo Borba Gato” in *Actas do II Colóquio - Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da ilha Terceira, 1989, pp. 285-353.

⁴⁸ Cf. AHU, *Açores*, caixa 14, doc. 7, sobre o transporte de 15 casais para as terras do desembargador Diogo Inácio de Pina Manique (29/2/1780).

je a ser uma incógnita em termos da sua real dimensão. Latino Coelho, por exemplo, refere que, até Julho de 1787, terão chegado ao Alentejo mais de 900 casais açorianos, o que equivaleria a cerca de 4 500 pessoas⁴⁹.

Destas linhas sobressai, obviamente, a importância desempenhada pelos Açores na colonização do território brasileiro até finais do século XVIII. É claro que estas movimentações ocorreram em paralelo com outras registadas em diversas zonas do país, em especial no Minho. Tem de reconhecer-se, no entanto, que a saída de açorianos, induzida ou não por propósitos da coroa, teve a particularidade de ser uma emigração essencialmente colonizadora, definitiva e baseada em movimentações familiares – os casais.

Continuamos, entretanto, com dificuldades em saber quantos açorianos participaram nessa empresa. Para estes períodos mais recuados, as fontes não abundam e as que existem ou já foram trabalhadas tomam, predominantemente, como unidade-base de contagem das saídas os “casais”, facto que só por si acarreta outros problemas de interpretação. É que o próprio conceito de “casal”, regularmente utilizado nas fontes, parece-nos fluído, surgindo, na maior parte das vezes, associado ao núcleo familiar restrito, constituído por pais e filhos, mas, por vezes, num sentido mais alargado, abrangendo familiares ascendentes, descendentes e colaterais.

Relativamente aos séculos XVI e XVII, apenas possuimos algumas referências quanto à dimensão dos casais: para Santa Maria, em 1648, em que, para 100 casais, deveria haver 500 a 600 pessoas, o que nos dá um valor entre 5 e 6 indivíduos/casal; para Santa Maria e São Miguel, em 1649, em que 52 casais corresponderiam a 365 pessoas, ou seja, 7 indivíduos/casal; e, para a ilha do Faial, em 1675, em que 50 casais seriam constituídos por 234 pessoas, numa relação de 4,7 indivíduos/casal, e, em 1677, de 4,5 pessoas/casal. Relativamente ao século XVIII, os valores médios de indivíduos/casal era superior a 5. A justificação encontramos-na, porventura, no “grande numero de individuos aggregados, e de creanças de ambos os sexos”⁵⁰. Em meados do século, nos assentos dos casais da ilha de São Jorge encontramos, por exemplo, alguns desses “indivíduos agregados” – genros ou mesmo futuros genros (em relação ao cabeça de

⁴⁹ Cf. José Maria Latino Coelho, *Historia politica e militar de Portugal desde os fins do XVIII seculo até 1814*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, p. 336.

⁵⁰ Cf. Paulo Miguel José de Brito, *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina*, Academia Real das Sciencias, 1829, pp. 124, 172-181, cit. *Arquivo dos Açores*, vol. I, 1980, pp. 382-383.

casal)⁵¹. E, em 1747, o juiz de fora da ilha de São Miguel sublinhava também que entre alguns casais “vão (...) algumas mulheres de mais de 30 anos pela numeroza familia que em sua companhia pretendem leuar”⁵². A este propósito, “Sua Magestade resolveo que no cazo que em alguma familia numeroza se comprehendão Pays ou sogros do cabeça da familia se lhe deve dar passagem ainda que escedão a idade detriminada com declaração que se forem de idade ainda capaz de fazer algum serviso”⁵³.

Nesta perspectiva, o conceito de “casal” corresponderia à família em sentido lato, constituída por pessoas ligadas por laços sanguíneos, independentemente de qualquer fronteira produtiva ou habitacional. Esta indefinição do valor quantitativo de cada casal poderá, também, depender da sua origem social e dos condicionalismos económicos que lhe eram impostos. Regra geral, eram as famílias mais carenciadas que se ofereciam voluntariamente com o intuito de procurarem melhores condições de vida fora do arquipélago. Além disso, parece-nos que é entre estas mesmas famílias que podemos encontrar casais com proles bastante consideráveis que poderão, obviamente, distorcer qualquer padrão médio que se pretenda estabelecer. Trata-se de questões que somente em estudos posteriores, a nível local e comparativos com outras realidades, será possível encontrar uma resposta mais adequada.

No século XIX, a emigração colonizadora, direccionada pelo Estado, continuou a subsistir, pelo menos nas primeiras duas décadas. Era a própria coroa, instalada no Brasil desde 1807, que instava as autoridades a recrutar “casais” açorianos que deveriam ser encaminhados para o povoamento de novas regiões e para a criação de novas localidades.

No entanto, os problemas políticos em Portugal decorrentes da revolução de 1820, a par da independência do Brasil, vieram interromper estes fluxos. As lutas liberais em Portugal e a própria estabilização do império brasileiro refrream vontades individuais ou colectivas em emigrar. A necessidade de contar com mais homens nos exércitos leva mesmo à adopção de medidas legislativas restritivas à emigração. O facto de o Brasil se ter tornado num país estrangeiro acarretou igualmente outros problemas de circulação para a mobilidade tradicional existente com aquele país. Foi somente com a estabilização administrativa e com a própria divisão administrativa do reino, já na década de trinta, que se regula-

⁵¹ Cf. AHU, *Açores*, caixa 3, doc. 17 (26/8/1747).

⁵² Cf. AHU, *Açores*, caixa 3, doc. 18 (26/8/1747).

⁵³ *Ibidem*. Veja-se, igualmente, AHU, *Açores*, caixa 3, doc. 33 (5/7/1749).

rizou a concessão de passaportes. Os governadores civis passavam a deter a capacidade de controle da emigração nas suas jurisdições, cabendo-lhes a eles a possibilidade de concessão de passaportes. Foi sensivelmente a partir desta altura que recomeçou a emigração para o Brasil.

As características dos fluxos emigratórios apresentavam agora diferenças consideráveis. De uma emigração direccionada passou-se para uma emigração “livre”, em que os indivíduos jogavam o seu destino em opções próprias. Além disso, se continuava a subsistir um grande número de famílias que procuravam no destino brasileiro a solução para as muitas adversidades que encontravam no seu espaço de origem, tornou-se mais notória a saída de indivíduos isolados, de ambos os sexos – solteiros, casados e viúvos.

Um aspecto também importante que se tem que ter em atenção na análise da emigração oitocentista é o das mudanças registadas no Brasil. O processo de desenvolvimento económico e a crescente necessidade de mão-de-obra para as plantações e para as obras públicas fez surgir um fenómeno de atracção que se estendeu para além das fronteiras nacionais. Refira-se, a este propósito, que a emigração portuguesa entre 1815 e 1830 cifrou-se aproximadamente em 1,8 milhões de indivíduos e que o principal destino foi, sem dúvida, o Brasil⁵⁴. Entre 1880 e 1888, por exemplo, esse país absorveu cerca de 85% da emigração portuguesa, dispersando-se pelo resto do mundo os restantes, em especial pelos Estados Unidos, pela Argentina, pela Europa e Ásia e pela África portuguesa⁵⁵. Mesmo na primeira metade do século XX, foi para o Brasil que se dirigiram mais de 70% dos emigrantes nacionais⁵⁶.

As crescentes necessidades de mão-de-obra em paralelo com a tendência para o fim do tráfico escravagista fez surgir também a prática do engajamento de colonos, fenómeno que a opinião pública portuguesa designaria de “escravatura branca” e que tantas polémicas suscitou. Neste contexto, Ramalho Ortigão, por exemplo, escrevendo em 1872, denunciou o modo como eram engajados e tratados os emigrantes portugueses e salientou a preferência que os fazendeiros do Brasil demonstravam pe-

⁵⁴ Dudley Baines, *Emigration from Europe – 1815-1930*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 3-10.

⁵⁵ Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “L’émigration portugaise (XV-XX siècles) – une constante structurelle et les répons aux changements du monde”, *Revista de História Económica e Social*, nº 1, Jan.-Jun. 1978, pp. 16-17.

⁵⁶ *Ibidem*.

las mulheres dos Açores, “a parte do país que exporta maior quantidade de mulheres”⁵⁷. O fenómeno do engajamento estava associado, por sua vez, ao da clandestinidade, que surgiu com alguma expressividade nos Açores ao longo do século XIX e início do século XX.

Este conjunto de questões permite, desde logo, compreender a complexidade de que se reveste a análise do fenómeno emigratório oitocentista. Nos Açores, os estudos para este período não abundam e os dados já analisados e divulgados dizem respeito sobretudo aos finais do século⁵⁸.

Uma particularidade da emigração açoriana oitocentista, nítida sobretudo no último quartel do século, é a viragem para outros destinos que não o brasileiro – Hawai e Estados Unidos –, enquanto a emigração continental continuou, até à Segunda Guerra Mundial, a demandar prioritariamente o Brasil, voltando-se posteriormente para o interior do continente europeu.

Desde os finais do século XIX e ao longo do século XX, a emigração açoriana direccionou-se quase sempre para os Estados Unidos, surgindo, na segunda metade do último século, orientada também para o Canadá. Estes fluxos emigratórios podem dividir-se em quatro grandes períodos: o primeiro, que inclui o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, no qual as saídas são livres e de grande intensidade; o segundo, que vai até aos anos sessenta, no qual a emigração é quase inexistente; o terceiro, de meados de sessenta até ao princípio de oitenta, com saídas muito elevadas ainda que relativamente condicionadas pelos países de destino (EUA e Canadá); e o último, que cobre os últimos anos do século XX, e que se caracteriza por um baixo volume emigratório⁵⁹.

No primeiro período, até 1920, assistiu-se à saída de 107 355 indivíduos, numa média anual superior a 5 000. Os anos de 1902, 1906, 1907, 1911, 1912 e 1920 registaram os pontos mais elevados desta corren-

⁵⁷ Cf. Ramalho Ortigão, “O Brasil visto a voo de sabiá. – A natureza. – A civilização. – O emigrado.”, in *As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa*, Edição Integral, Lisboa, Livraria Clássica Editora, Tomo X, 1953, p. 69.

⁵⁸ Cf. Maria Ioannis Benis Baganha, *Portuguese emigration to the United States, 1820-1930*, New York, Garland Publishing, Inc., 1990; Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, “Portugal e o Mundo Português”, Lisboa, Edições Cosmos, 1991; Sacuntala de Miranda, *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999.

⁵⁹ Sobre a emigração açoriana no século XX, ver, entre outros, Gilberta Pavão Nunes Rocha, *Dinâmica Populacional dos Açores no séc. XX - Unidade - Permanência - Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991; SREA/INE, 1981-1999.

te que, como afirmámos, se dirigia primordialmente para os Estados Unidos da América. Sublinhe-se que nesta época não existia nos Estados Unidos praticamente nenhum controlo sobre a imigração. A prosperidade do Novo Mundo acabou por atrair os ilhéus na busca de uma vida melhor, ambição periodicamente fomentada pelo retorno dos emigrantes enriquecidos, pelas notícias dadas por aqueles que lá tinham permanecido – a grande maioria – e pela actividade dos agentes de emigração.

A adopção de diversas medidas legislativas restritivas, adoptadas nos Estados Unidos entre 1921 e 1924, acabou por travar fortemente a imigração, assistindo-se, no arquipélago, a uma redução muito significativa do volume de emigrantes. Até à década de cinquenta as saídas foram progressivamente diminuindo, atingindo-se, em 1941, o valor mais baixo até então observado – 18 emigrantes.

A seguir à Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos voltaram a abrir as portas à imigração, inicialmente de uma forma bastante mais restrita. Depois, a partir de 1965, de uma forma mais liberal, considerando favoravelmente a reunião de famílias, pelo que os laços existentes entre os açorianos residentes nos Estados Unidos permitiram uma entrada em massa a partir de então. Uma referência ainda aos anos de 1959 e 1960. O empolamento do volume de emigrantes observado nestes anos deriva sobretudo das facilidades dadas pelos governos dos Estados Unidos da América e do Canadá às populações do Faial, vítimas da erupção vulcânica dos Capelinhos e das várias crises sísmicas que abalaram a ilha⁶⁰.

Entre 1950 e 1970 saíram do arquipélago 112 483 indivíduos, a um ritmo anual de 5 624, tendo emigrado, na década de sessenta, 67% deste volume, a um ritmo anual de 7 512 indivíduos. Os anos mais marcantes deste fluxo foram, sem dúvida, os de 1966 a 1969, com um volume acima dos dez mil indivíduos, atingindo-se, nesse último ano, o valor máximo do século – 13 125 emigrantes.

A emigração nos Açores, com uma média de 7 256 e de 7 556 emigrantes/ano, respectivamente nas décadas de sessenta e de setenta, foi o principal responsável pelo decréscimo populacional então verificado. Depois de 1969, o volume baixou ligeiramente, embora com valores bastante elevados, para aumentar novamente em 1974, atingindo-se o número de 12 400 emigrantes. A partir de então, a tendência aponta para um

⁶⁰ Cf. Ricardo Manuel Madruga da Costa, “Impacto demográfico da erupção vulcânica dos Capelinhos”, in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX* (Actas do Colóquio, 1997), Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 339-351.

decréscimo do fluxo emigratório que, progressivamente, se tem vindo a reduzir até aos nossos dias. Na década de 1980 estes valores são já pouco significativos, verificando-se uma quebra de 77% relativamente ao decénio anterior, traduzida numa média de 2 221 emigrantes/ano. Os anos noventa vêm confirmar a tendência para a baixa do número de emigrantes, com valores inferiores a 1 000 emigrantes/ano a partir de 1992.

Apesar da intensidade das correntes emigratórias verificadas nos finais do século XIX e em quase todo o século XX estarem fundamentalmente dependentes de condicionantes externas, ou seja, da maior ou menor facilidade de entrada nos países de destino, a justificação primordial pode ser encontrada nas dificuldades económicas que enfrentam as populações das várias ilhas. Resultam, assim, de estratégias pessoais e familiares em termos de sobrevivência económica e ascensão social. No entanto, estas opções são na generalidade bem vistas tanto pelos poderes públicos como pelas elites, já que minimizam as situações de pobreza e as consequentes tensões sociais e possibilitam a entrada de fluxos financeiros,⁶¹ facto que, como se sabe, não respeita unicamente ao arquipélago, pois é explicitamente defendido para a globalidade do país.

Todavia, a mobilidade no arquipélago não se confina às saídas para outros países, verificando-se, tanto quanto é possível saber, mesmo para os períodos mais recentes, movimentos não só para o continente português e arquipélago da Madeira, como entre as várias ilhas açorianas. Nas últimas décadas, os movimentos internos atingem uma expressão considerável, que em algumas ilhas se igualam ou até são superiores aos registados pela emigração.

Assim, até muito recentemente, sensivelmente finais da década de oitenta da centúria passada, os acréscimos e decréscimos populacionais estão intimamente associados à intensidade dos movimentos emigratórios, tornando estes a principal variável explicativa da evolução demográfica das várias ilhas do arquipélago. O seu efeito não se faz sentir unicamente no volume, como nas estruturas, nomeadamente a nível etário e de sexo, e nos fenómenos nupcialidade e natalidade.

Não se sabendo com rigor a repartição da população de acordo com a idade, tanto para os homens como para as mulheres, que permita uma aná-

⁶¹ Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, “A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX - a necessidade, a solução, a valorização”, in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Universidade dos Açores, 2001, vol. 2, pp. 73-90

lise dos vários Grupos Funcionais e das Relações de Masculinidade em períodos mais recuados, verifica-se que nos finais do século XIX, designadamente após 1864, data do 1º recenseamento geral da população portuguesa, as várias ilhas apresentam desequilíbrios relativamente acentuados, com quantitativos comparativamente baixos principalmente na população em idade activa do sexo masculino. Não se conhecendo outras razões, nomeadamente a nível da mortalidade, que possam justificar estas anomalias, tudo indica que elas serão, pelo menos em parte, resultado da mobilidade e, em especial, da emigração, mais preponderante nos homens mais jovens. De resto, o equilíbrio é repostado quando as saídas quase se não realizam por falta de emigração ao longo dos anos trinta, quarenta e cinquenta do século XX. Os fortes fluxos de saída das décadas de sessenta e setenta têm características familiares, razão pela qual não interferem nas Relações de Masculinidade e mesmo a sua importância é menos visível na nupcialidade e na natalidade⁶².

Com efeito, a situação de desequilíbrio quantitativo entre os sexos dos finais do século XIX e princípios do século XX é particularmente significativa em ilhas de pequena dimensão geográfica e populacional dos grupos central e ocidental do arquipélago, como São Jorge, Pico ou Flores, e parecem justificar os baixos valores que estas registam ao nível dos casamentos e nascimentos. Em ilhas que apresentam uma população feminina em idade de procriação muito mais elevada do que a sua correspondente masculina, o celibato atinge valores muito elevados e a nupcialidade é consequentemente baixa, o que tem reflexos claros nos níveis de natalidade, como é normal acontecer em sociedades que se caracterizam por uma fraca ilegitimidade dos nascimentos.

A localização geográfica dos Açores em pleno Atlântico, fronteira e ponto de confluência ou passagem de vários mundos e interesses, de algum modo já aqui referida para épocas mais recuadas, é uma realidade igualmente visível em meados do século XX em ilhas como Santa Maria e Terceira, nomeadamente a primeira, que, dada a sua reduzida dimensão,

⁶² Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, “Os Açores na viragem do século (1860-1930) – características da sua evolução demográfica”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 849, 863; idem, “A Sociedade Açoriana – uma perspectiva quantitativa da sua evolução (1864-1940)” in *O Estudo da História*, Revista nº 1, Lisboa, Associação de Professores de História, 1996, pp. 9-46; idem, “O impacto das migrações na população dos Açores na segunda metade do séc.XX”, in *História das Ilhas Atlânticas – Actas do IV Colóquio Internacional de História do Atlântico*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Governo Regional da Madeira, 1997, vol. II, pp. 449-467.

sofreu uma alteração muito significativa nas suas características demográficas. Como consequência da construção de uma Base Aérea durante a Segunda Guerra Mundial e sua posterior manutenção e, por fim, com o encerramento de um aeroporto internacional, a evolução da população desta ilha reflectiu, com ritmos distintos e inversos, acontecimentos e decisões de âmbito internacional.

As consequências demográficas dos movimentos migratórios são, pois, evidentes, não só para o passado como para anos muito recentes. Eles influenciaram de um modo decisivo não só o declínio acentuado da população, especialmente significativo em algumas ilhas, como o equilíbrio das respectivas estruturas etárias e por sexo, aumentando a diversidade do arquipélago. No primeiro caso, contribuíram para uma maior concentração da população nas duas maiores ilhas – S. Miguel e Terceira –; no segundo para um envelhecimento precoce, especialmente acentuado nas ilhas de menor dimensão, conjugando-se os seus efeitos ao nível da nupcialidade e da natalidade.

Em síntese, ao contemplarmos os mais de cinco séculos da história açórica, é facilmente perceptível que os movimentos migratórios marcaram todas as gerações até aos nossos dias. Inter-ilhas, para o continente ou para o exterior, as movimentações das gentes açorianas foram uma realidade ao longo dos tempos. Tratou-se de um fenómeno multifacetado – individual, colectivo ou mesmo estatal – que afectou a dinâmica populacional e o evoluir sócio-económico açoriano, bem como a sua identidade de região plural e de fronteira.

Se a mobilidade pode ser assim entendida como paradigma do espaço insular açoriano enquanto fronteira – que determina o estabelecimento de determinadas relações externas e dependências que se alteram ao longo dos tempos, configurando ainda diversas periferias internas que se interpenetram também de um modo desigual –, outras vertentes há, mesmo numa perspectiva demográfica, que dão conta da importância do seu posicionamento no contexto internacional. Uma delas é a mortalidade, principalmente a que surge associada à sua localização e consequente relacionamento com o exterior. Através do estudo da mortalidade podemos entender melhor não só a situação vivida em algumas ilhas ou localidades mas também muitas das razões que estiveram na origem de determinados surtos de carácter excepcional.

Não nos vamos deter na evolução deste fenómeno demográfico como o fizemos com a mobilidade, e em especial com a emigração, mas

tão somente aprofundar alguns aspectos que consideramos mais relevantes para a questão em análise, ou seja, a mortalidade que de algum modo se apresenta mais intimamente associada à posição estratégica dos Açores e do seu consequente relacionamento com o exterior. Não respeita a toda a região, nem sequer à globalidade de uma ilha, mas preponderantemente ao maior e mais importante concelho – Ponta Delgada, da ilha de maior dimensão – S. Miguel – que ao longo dos séculos, tanto quanto temos vindo a verificar, é a ilha que regista os níveis de mortalidade mais acentuados do arquipélago⁶³. Centramo-nos fundamentalmente, embora não exclusivamente, num período particular, o primeiro quartel do século XX. Todas estas condicionantes, designadamente de ordem espacial e temporal, não estão relacionadas com uma opção pré-definida, mas resultam da própria natureza do trabalho até agora desenvolvido, que exige uma consulta exaustiva de documentação com vista uma análise mais aprofundada deste fenómeno. Este facto, não impediu que, tanto quanto possível, fosse dada uma visão relativamente ampla da mortalidade e dos surtos epidémicos dependentes das relações que os Açores estabeleceram com o exterior⁶⁴.

Conforme tem vindo a ser focado, a posição dos Açores no contexto das ligações intercontinentais centradas no Atlântico proporcionou ao longo dos tempos a frequência dos seus portos, sobretudo dos mais importantes – Angra, Horta, Ponta Delgada –, por navios transportando gentes e bens das mais distintas proveniências. Por esta via, os seus portos marítimos, em alturas várias, foram igualmente determinantes na ocorrência de crises de mortalidade ou tiveram um papel importante na globalidade dos óbitos, em virtude do contacto com doenças de carácter epidémico cujos hospedeiros viajavam a bordo dos navios que escalavam as ilhas.

Porque a intervenção dos Açores no comércio oceânico e a frequência dos seus principais portos por navios oriundos de distintas áreas geográficas acarretava o perigo da transmissão de doenças epidémicas, as autoridades insulanas obedeciam a um Regimento da Saúde e nomeavam

⁶³ Sobre a evolução da mortalidade ver, entre outros, Gilberta Pavão Nunes Rocha, *Dinâmica Populacional...*, ob. cit.; Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “População, Economia e Sociedade...”, ob. cit.; idem; “Contributo para o estudo da população dos Açores...”, ob. cit.; idem, “A população dos Açores no ano de 1849”, in *Arquipélago*, nº especial, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983, pp. 333-385.

⁶⁴ Cf. Albertino Monteiro, *a mortalidade no concelho de ponta delgada no primeiro quartel do século XX*, dissertação de Mestrado em História Insular e Atlântica (Séculos XV XX), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, polycopiado.

guardas-mores da saúde para os portos da sua jurisdição, o que nem sempre impediu a propagação da doença.

O grande temor dos responsáveis pela fiscalização do movimento portuário era a peste. Já na década de 1520, a ilha de São Miguel foi atingida pela peste, vinda talvez da Madeira, segundo as crônicas da época. A epidemia grassou durante vários anos, com particular incidência no concelho de Ponta Delgada. Ainda no final do século XVI, na ilha Terceira, o ano de 1599 foi denominado como o “ano do mal”. Nos séculos seguintes, as fontes continuam a referir-se aos surtos de peste no arquipélago e as autoridades estiveram atentas aos problemas de contágio. Indiquemos alguns exemplos⁶⁵: em 1643, houve um surto na Terceira; em 1663, devido às notícias de peste na Madeira, as autoridades municipais tomaram as providências necessárias para o controlo da entrada de navios vindos do exterior; em 1673, o “ano das doenças”, houve novo surto em São Miguel; em 1678, devido às notícias da existência de peste nas cidades de Tetuão, Cartagena e Murcia, foi proibido todo o tipo de comércio com essas praças comerciais; e, em 1704 e 1705, existia “contágio” nas ilhas do Faial e do Pico, que se prolongou até ao final da década.

A última grande peste do Ocidente europeu, a que atingiu Marselha em 1720, teve eco na documentação local. Em Janeiro de 1721, correndo em Ponta Delgada a notícia de que “ha peste em varias sidades e lugares de frança”, foi convocada uma reunião da gente nobre da governança e religiosos, sendo decidido que “de nenhum modo se dese socorro algum [...] emquanto da Corte não ouuer auizo que são admitidos os ditos nauios assim na Corte como nas mais partes do Reino”⁶⁶. Na sequência desta tomada de posição, foi ordenado a todos os oficiais das companhias de ordenanças da ilha que não deixassem desembarcar nas suas jurisdições pessoas e fazendas oriundas de portos franceses e do Mediterrâneo, como medida preventiva⁶⁷. Perante esta reacção, o cônsul da nação fran-

⁶⁵ Notemos que, para as autoridades da época, os surtos epidémicos eram, em geral, designados como “pestes”, “contágios” ou “epidemias”, não sendo possível detectar com precisão o tipo de doenças que atingia as populações.

⁶⁶ Cf. BPAPD, ACPD, 12, fls. 146147, veracção de 29 de Janeiro de 1721.

⁶⁷ Cf. *Livro da Guerra e Ordenança de Vila Franca do Campo (sec. XV, XVI, XVII, XVIII)*, leitura diplomática de Maria da Natividade Gago da Câmara de Medeiros de Mendonça Dias, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, pp. 70-71, carta precatória dos oficiais da câmara de Ponta Delgada, de 8 de Fevereiro de 1721, com despacho do governador de São Miguel.

cesa apresentou-se na câmara meses depois e explicou a situação relativamente ao contágio. Foi então reformado o acórdão anterior, que só teria lugar no caso dos navios que viessem de Marselha ou do Levante (Mediterrâneo)⁶⁸.

A actuação das câmaras, por vezes, resultava de uma política de acção concertada, como ficou demonstrado em 1741. Perante as ordens régias enviadas ao governador de São Miguel, relativas a um surto de peste que grassava no Norte de África (Tunes, Argel) e no Levante (Turquia), as câmaras foram informadas da situação e da necessidade dos guardas-mores da saúde não autorizarem a entrada nos portos da ilha a qualquer embarcação, mesmo as portuguesas, sem a devida inspecção sanitária, cabendo a guarda dos portos aos oficiais das companhias de ordenanças⁶⁹.

Na década de 1780, várias são as notícias referentes à grande mortandade provocada por surtos epidémicos, agravados por uma conjuntura de más condições climatéricas e de crises de subsistência. O receio de contágios conduzia à tomada de medidas e à eventual quarentena de navios e tripulações, mas não bloqueava a actividade comercial, instrumento essencial ao desenvolvimento económico das ilhas. Em 1787, na sessão de 11 de Agosto, os oficiais da câmara da Ribeira Grande, na sequência de “noticias vagas de que cruzavão no Mediterraneo e ainda no oceanno alguns navios impestados”, prevenindo o contágio, nomearam oito guardas-mores para os portos das Calhetas (dois), Rabo de Peixe (dois), Santa Iria (dois) e Praia do Forte da Estrela, na Ribeira Grande (dois). É de referir que os dois guardas-mores do porto de Santa Iria eram os vereadores segundo e terceiro da vereação em exercício e que, para os restantes, estavam nomeadas pessoas que integravam a governança da vila, o que revela bem a atenção prestada pelo elenco camarário a este tipo de problemas⁷⁰.

No século XIX, os avanços da medicina e uma maior precisão no diagnóstico das doenças possibilitam aos investigadores um melhor conhecimento da história epidemiológica. Neste particular, a documentação disponível não aponta para a ocorrência de casos de peste nos Açores. Esta doença ressurgiria, de forma assaz virulenta, no primeiro quartel do século XX. Desde o início do século que o receio de uma invasão da ilha pela peste levou à tomada de medidas preventivas, porque esta doença, difundida por via do comércio à escala internacional, grassava em muitos

⁶⁸ Cf. BPAPD, ACPD, 12, fls. 154 v-155 v, vereação de 7 de Julho de 1721.

⁶⁹ Cf. ACVFC, *Livro do Registo (1718-1819)*, fls. 73 v-74 v.

⁷⁰ Cf. ACRG, *Livros de Acórdãos*, 14, fls. 174 v-175.

pontos do globo desde fins do século XIX e ia-se tornando cada vez mais próxima. Tomou proporções alarmantes primeiro na Ásia (Hong-Kong, Bombaim e Suez) e depois em outros pontos, como África do Sul, São Francisco e chegou ao Porto em 1900⁷¹.

Em 1906, a sua propagação na Madeira provocou alguma apreensão e levou as autoridades a agir no sentido de se tomarem as medidas necessárias, como o combate aos ratos ou a tentativa de que o vapor “S. Miguel”, que fazia as ligações regulares Continente-Madeira-Açores, não fosse à Madeira antes de vir aos Açores⁷². A partir de 1908, as preocupações intensificaram-se, pois a peste ficara ainda mais próxima, após se ter declarado na Terceira em meados do ano, tendo-se depois propagado a outras ilhas próximas daquela, nomeadamente a do Faial⁷³. Este surto epidémico foi declarado extinto em Outubro do ano seguinte⁷⁴, mas, volvidos três anos, fez o seu reaparecimento voltando a causar grande apreensão em Ponta Delgada⁷⁵.

Durante vários anos conseguiu-se evitar que a ilha de São Miguel fosse atingida pela peste, sobretudo pelas restrições impostas às comunicações marítimas com os locais infectados que, além do controlo de carga e passageiros, iam por vezes ao ponto de se cortarem as relações com esses portos. Mas essas restrições não terão sido praticadas com o rigor necessário e não se revelaram de todo eficazes senão durante alguns anos. Em 1920, o perigo agravou-se, ao mesmo tempo que a epidemia grassava com intensidade na ilha do Pico.

“É preciso dizermos que se estivermos com meias medidas, sem precauções serias no porto e em terra, contra a invasão da peste – renitente e temerosa epidemia que tem ferido já as populações d’algumas ilhas açoreanas – essas medidas tanto podem valer como nada”⁷⁶, escrevia-se no início daquele ano num diário local, no mesmo onde dias depois alguém considerava que “com a frequencia do nosso porto, com as nossas

⁷¹ Jean-Charles Sournia e Jacques Ruffie, *As epidemias na História do Homem*, “Perspectivas do Homem”, Lisboa, Edições 70, 1986, p. 111; *Açoriano Oriental*, n.º 3375, 6 de Janeiro de 1900; *Diário dos Açores*, n.º 2744, 28 de Maio de 1900.

⁷² *Diário dos Açores*, n.ºs 4399, 4400, 4401 e 4406, 16, 17, 18 e 24 de Janeiro de 1906; *Açoriano Oriental*, n.ºs 3690 e 3693, 20 de Janeiro e 10 de Fevereiro de 1906.

⁷³ *Açoriano Oriental*, n.ºs 3820 e 3821, 18 e 25 de Julho; 3823 e 3825, 8 e 22 de Agosto; 3830, 26 de Setembro de 1908.

⁷⁴ Idem, n.º 3883, 2 de Outubro de 1909.

⁷⁵ *Diário dos Açores*, n.º 6363, 30 de Setembro de 1912.

⁷⁶ Idem, n.º 8396, 22 de Janeiro de 1920.

relações continuadas com portos inficionados tem sido um milagre o não termos sido visitados pela peste”⁷⁷. Milagre ou não, o certo é que o estado de graça de São Miguel não se manteria por muito tempo, durando apenas até Setembro desse ano, altura em que *entrou e fez casa, como é seu costume*, tendo aparecido na freguesia da Relva em 20 de Setembro de 1920 e sido declarada oficialmente a sua existência em 29 do mesmo mês⁷⁸. Depois, seguiu para a freguesia de Arrifes, vizinha daquela, onde apareceu no início de Outubro, após o que se disseminou pelo resto do concelho de Ponta Delgada.

Não há certezas sobre a forma como a peste entrou em São Miguel, sendo difícil esta averiguação, mas há algumas hipóteses de explicação, avançadas pelo delegado de saúde, Dr. Jaime Tavares Neto. Pode ter sido trazida por meio de porcos vindos da Terceira e outras ilhas infectadas e levados para vários locais da ilha, sobretudo para a Relva e Arrifes, podendo até ter sido transportada pelas pessoas que trouxeram estes animais. Uma outra hipótese eram os navios procedentes do continente, onde existia a peste havia muitos anos, e também de portos estrangeiros onde a doença grassava endemicamente, como Londres, Liverpool, Glasgow, Le Havre, Marselha e certos portos americanos. Além disso, é possível que a doença já estivesse na ilha há vários meses e só então se manifestasse no homem, depois de se manter muito tempo nos ratos, o que torna ainda mais difícil averiguar o verdadeiro veículo de entrada da epidemia⁷⁹.

Do que não parece restar dúvidas é que, como sempre acontecia neste género de situações, a peste terá entrado por via marítima, decerto transportada pelos ratos, hospedeiros privilegiados da pulga transmissora do bacilo de Yersin, responsável pela infecção. É que, citando o Dr. Hermano de Medeiros, “o rato é passageiro incomodo e gratuito em todos os barcos, desde o transatlântico de luxo onde viajam nababos, até ao veleiro mercante mais humilde. É ele que, depois de haver destruído mercadorias preciosas nos porões onde se instala, vem para terra trazer-nos a mais pavorosa das enfermidades”⁸⁰. As condições sanitárias, caracterizadas pela insalubridade e pela precaridade da higiene pública e privada, e a ignorân-

⁷⁷ Idem, n.º 8404, 31 de Janeiro de 1920.

⁷⁸ Relatório do Sub-Delegado de saúde (1920), *Diário dos Açores*, n.º 8789, 2 de Junho de 1921.

⁷⁹ *Correio dos Açores*, n.º 155, 7 de Novembro de 1920.

⁸⁰ Entrevista ao Dr. Hermano de Medeiros, médico e deputado por Ponta Delgada, *Diário dos Açores*, n.º 9011, 2 de Março de 1922.

cia de grande parte das pessoas aliaram-se à grande capacidade de proliferação e migração dos murídeos e à difusibilidade da própria doença, para, em poucos meses, esta estar disseminada pelo concelho e pela ilha.

Assim, no ano de 1922, conheceu o concelho de Ponta Delgada a segunda crise de mortalidade mais grave do primeiro quartel do século XX, a seguir à provocada pela epidemia de gripe em 1918, com especial incidência nas zonas suburbana e rural. Ainda que não fosse a única responsável pela sua ocorrência, a peste bubónica teve nesta crise um papel determinante. A sua propagação no concelho e na ilha esteve intimamente ligada à exposição ao contágio derivada dos contactos com o exterior, proporcionados pelo tráfego marítimo e respectivo movimento de pessoas e mercadorias, bem como, neste caso específico, dos costumeiros e temíveis passageiros dos navios – os ratos.

A gripe é outra doença cuja disseminação está bastante ligada com a situação dos Açores nas ligações transoceânicas. Para tempos mais recuados não se conhecem informações sobre a ocorrência de surtos gripais importantes, ao contrário do que acontece com a pandemia de gripe pneumónica. Com efeito, o concelho de Ponta Delgada registou em 1918 a maior crise demográfica do primeiro quartel do século XX que, se não foi a maior, foi sem dúvida das maiores da sua história, como aliás aconteceu um pouco por todo o mundo com a pandemia de gripe que se disseminou à escala do globo nesse ano. Ao contrário do que aconteceu em outros momentos críticos, neste caso as condições em que ocorreu a crise são fáceis de conhecer, tratando-se da terrível pandemia gripal, a qual, propagando-se no último trimestre do ano, fê-lo com tal virulência que, em cerca de um mês e meio, fez a grande maioria das vítimas provocando assim, em tão curto espaço de tempo, um aumento inusitado da mortalidade.

A primeira notícia que temos quanto ao aparecimento da pandemia de 1918 é respeitante a um acampamento do exército americano, no Kansas, no início de Março deste ano, e a sua propagação nos dias que se seguiram coincidia com as grandes movimentações do exército americano para a Europa. Tem havido outras hipóteses de explicação avançadas por vários especialistas para a origem da pandemia, situando-a uns na Europa e outros na Ásia, mas os indícios mais consistentes apontam para que esta avalanche tenha tido o seu início naquele país, propagando-se depois por todo o mundo, numa série de três vagas sucessivas.

O concelho de Ponta Delgada, num ponto de cruzamento de rotas marítimas intercontinentais, nomeadamente entre Europa e América, onde tocavam navios de muitas procedências, dificilmente poderia escapar à

acção nefasta de uma pandemia com a virulência e difusibilidade revelada pela “influenza” de 1918.

A primeira vaga de gripe que se disseminou na Primavera de 1918 pelo mundo causou apreensão e receio de que atingisse a ilha dadas as comunicações frequentes via marítima com o exterior. Havendo em algumas pessoas uma noção mais ou menos clara dos riscos que se corriam e das não muito eficazes condições de defesa perante tal inimigo, apelava-se às autoridades para que tomassem as medidas necessárias em relação aos navios procedentes de Lisboa, onde grassava a pandemia. Receava-se que os passageiros vindos de lá pudessem contaminar a cidade, uma vez que o posto de desinfecção existente não se situava no porto, o que obrigava as pessoas a passar por parte da zona urbana⁸¹.

Mas, nesta primeira vaga, o concelho e a ilha escaparam à difusão do morbo mortífero. Entre fins de Julho e fins de Agosto, chegou a haver algumas pessoas infectadas pelo vírus, trazido de Lisboa, mas não se pode falar em epidemia, havendo apenas a computar dois óbitos devidos à doença em causa⁸².

No Outono do mesmo ano, quando novamente a pandemia espalhava a morte por todo o globo, o concelho e a região foram então atacados com grande intensidade pela gripe infecciosa, cuja “difusão foi brusca e rápida, atingindo o ‘acmé’ em novembro, atacando de preferencia as classes pobres, o sexo masculino, os individuos de 20 a 40 anos, os trabalhadores do campo e operários, ceifando tuberculosos, cardiopatas, diabéticos, albuminuricos, nefriticos, depauperadas por doenças organicas e as gravidas”⁸³.

Sobre a entrada desta segunda onda epidémica em Ponta Delgada, alguns escritos da imprensa, corroborados pelos registos de óbitos, não deixam dúvidas. O vírus foi introduzido por tripulantes de um navio japonês que aqui chegou em Setembro, procedente de Bordéus e no qual, segundo as notícias, em cerca de 60 tripulantes, 35 chegaram aqui infectados. A mando do guarda-mor chefe de saúde foram internados de imediato no hospital de isolamento, o qual não tinha capacidade para acolher simultaneamente mais de 15 doentes. Houve, por isso, algumas dificuldades no internamento, como teria havido no transporte dos doentes e não

⁸¹ *Açoriano Oriental*, n.º 4337, 29 de Junho de 1918.

⁸² Relatório do Sub-Delegado de saúde (1918), *Diário dos Açores*, n.º 8261, 7 de Agosto de 1919.

⁸³ *Idem*.

só, não fosse o auxílio de médicos, enfermeiros e viaturas da base norte-americana estabelecida então na cidade. Entre os dias 15 e 21 de Setembro faleceram cinco dos Japoneses, que terão sido então as primeiras vítimas a sucumbir em Ponta Delgada, embora tendo trazido a enfermidade doutro lugar bem distante. Os restantes regressaram a bordo depois de tratados e curados e de se ter procedido à desinfecção do navio em causa⁸⁴. Pela mesma altura chegaram também ao porto navios de guerra americanos em que parte das tripulações vinha atacada pela gripe, sendo alguns internados no hospital da base americana e outros tratados a bordo, tendo ocorrido também entre estes alguns óbitos embora em menor número⁸⁵.

Eis, uma vez mais, a porta de entrada da moléstia – o porto. O problema do porto e das condições que possuía para defender a população de ataques desta natureza fez correr alguma tinta e deu azo a alguma polémica entre os que punham em causa a sua eficácia a este nível e os que afirmavam estar o mesmo dotado das condições necessárias. Esta questão assumiu, na altura, especial acuidade, pois fora pelo porto que entrara a doença e, por isso, alguns duvidaram que os recursos materiais e humanos existentes fossem suficientes para obstar à entrada de doenças desta natureza, face à alegada permissividade dos regulamentos internacionais de sanidade marítima⁸⁶.

A freguesia de São José, a mais populosa da cidade e do concelho e aquela em que estavam implantados o hospital de isolamento e o hospital da base naval norte-americana, onde estiveram internados os marinheiros Japoneses e os Americanos, foi naturalmente o ponto de onde irradiou a epidemia para o resto da ilha. Antes do fim do mês de Outubro, a epidemia grassava “a valer por todas as vilas e aldeias limítrofes”, começando por atacar os médicos e enfermeiros e alastrando em seguida a uma grande parte da população dessas comunidades⁸⁷.

Além do movimento anormal destas doenças como causador das crises de mortalidade, podemos ainda, a partir dos registos, isolar algumas patologias que, de forma mais ou menos permanente, contribuíam decisivamente para os níveis apresentados pelas taxas de mortalidade. Destas,

⁸⁴ *Açoriano Oriental*, n.º 8017, 21 de Setembro de 1918; *Diário dos Açores*, n.º 8052, 16 de Novembro de 1918, e n.º 8055, 20 de Novembro de 1918; Relatório do Sub-Delegado de saúde, já cit.; Registo Civil de P. Delgada, Registos de óbitos, livro n.º 1 – 1918, fls. 159v-161, 163v, 164.

⁸⁵ *Açoriano Oriental*, n.º 8029, 7 de Outubro de 1918; Registo Civil... já cit.

⁸⁶ *Diário dos Açores*, n.º 8052, 16 de Novembro de 1918.

⁸⁷ *Açoriano Oriental*, n.º 4353, 26 de Outubro de 1918.

no período para o qual podemos dispor de informação nos registos e relativamente aos óbitos cuja causa é mencionada, destaca-se, entre outras, a tuberculose, sobretudo a pulmonar, mencionada em 5 % dos óbitos.

Recorrendo a outras fontes, como sejam os órgãos da imprensa local, podemos conhecer melhor o que esteve na base de algumas crises de mortalidade associadas à disseminação de epidemias, como é o caso da gripe pneumónica em 1918 ou da peste bubónica nos anos 20, sobretudo em 1922. Através dos jornais é-nos possível apreender os meios de entrada dessas doenças, a forma como se propagaram, as condições favoráveis à sua disseminação, entre outros elementos importantes para as enquadrarmos na história da comunidade e melhor avaliarmos o seu impacto e bem assim compreender melhor os dados com que nos deparamos ao fazer a análise estatística do fenómeno. Podemos também encontrar preciosas informações para procurarmos entender a acção de determinadas patologias com forte incidência no meio em causa e responsáveis por uma boa parte dos óbitos, algumas delas de forma permanente e outras associadas principalmente à ocorrência de crises de mortalidade. Isto acontece tanto em relação às causas associadas aos picos de mortalidade como em relação a uma das causas de morte com maior peso relativo no conjunto do obituário, correspondendo a uma doença de grande impacto social como era a tuberculose. Na imprensa da época, existe informação valiosa sobre os conditionalismos favoráveis à sua propagação, como o regresso de emigrantes infectados dos Estados Unidos, associado à falta de condições de higiene, aos hábitos arraigados favoráveis à disseminação das infecções ou à inexistência de um dispensário onde pudessem ser internados, isolados e tratados os tuberculosos. De tudo isto são reflexo diversos textos, mais ou menos profundos, que nos permitem compreender melhor a acção desta doença.

Em relação à tuberculose, esta era uma doença que, em certa medida, estava ligada com a variável demográfica emigração. Nas primeiras décadas do século XX, o concelho de Ponta Delgada, tal como o país em geral, debatia-se com o grave problema da tuberculose, face ao qual entidades diversas, públicas e não só, procuravam fazer frente, embora com pouco sucesso em virtude de limitações várias. Estas decorriam, por um lado, das tradições e da mentalidade do povo em geral e, por outro, da falta de meios para se pôr em prática uma política sanitária global eficaz. Calculando, por estimativa, uma taxa específica de mortalidade por tuberculose, tendo em conta a proporção de óbitos que mencionam a causa, podemos referir que a mesma, entre 1912 e 1919 oscilou entre 105‰ (1915) e 175‰ (1919) e, numa segunda fase, até 1925, varia entre 82‰ e 155‰.

A tuberculose foi, durante largo tempo, uma doença assaz disseminada nos meios que iam levando a cabo a sua “revolução industrial”, em virtude das doenças infecciosas aí encontrarem um terreno especialmente propício à sua propagação. As condições de que os operários dispunham, quer no meio laboral, quer no habitacional, caracterizadas sobretudo pela aglomeração intensa de pessoas em condições de higiene e sanidade quase sempre bastante precárias, potenciavam em muito o risco de contracção da tuberculose, afectando sobretudo os pulmões dos operários que trabalhavam nas fábricas e nas minas, os quais facilmente a transmittiam no círculo familiar ou de convívio.

Este problema punha-se com particular acuidade nos pontos de destino dos emigrantes que partiam do pedaço que os vira nascer em busca de vida melhor para si e para os seus, mas que viam o seu caminho muitas vezes desembocar numa rotina onde eram consumidos pelo trabalho e pela doença. Assim acontecia a muitos dos que nos finais do século XIX e princípios do XX saíam de São Miguel e de outras ilhas açorianas para os Estados Unidos da América, país em processo de desenvolvimento industrial e que, no período aqui considerado, apresentava taxas de mortalidade por tuberculose com uma tendência claramente descendente, baixando de cerca de 150‰ em 1912 para cerca de 80‰ em 1925, numa regressão progressiva à excepção de 1918, ano da pandemia de gripe pneumónica⁸⁸.

O regresso de emigrantes dos Estados Unidos da América, onde contraíam a infecção em trabalhos duros, principalmente em fábricas de tecidos ou como carregadores de carvão, era frequentemente referido na imprensa local como o grande responsável pela propagação da tuberculose no concelho e na ilha⁸⁹. Já em 1902 o sub-delegado de saúde, no seu relatório relativo ao ano anterior, atribuía à incúria administrativa a responsabilidade pelo alastramento assustador da doença, “o que não admira, visto que são nullas as precauções para impedir o seu desenvolvimento”. Isto na sequência da alusão ao papel desempenhado por aqueles que regressam da América infectados pelo morbo, vindo morrer à sua terra, após terem infectado familiares e vizinhos, por falta de um sanatório ou de um hospital de isolamento: “Vive-se à mercê do acaso e esses infelizes, expulsos da

⁸⁸ Bi Puranen, “Tuberculosis and the Decline of Mortality in Sweden”, in R. Schofield, D. Reher e A. Bideau (eds.), *The Decline of Mortality in Europe*, Oxford, Clarendon Press, 1991, p. 103.

⁸⁹ *Diário dos Açores*, n.º 5026, 2 de Março de 1908 (Relatório Anual do Sub-Delegado de saúde), n.º 5839, 13 de Dezembro de 1910, n.º 6550, 24 de Maio de 1913.

América, a título de beneficiarem dos ares patrios, morrem por ahí miseravelmente, depois de feita a sementeira terrível que ha de propagar a doença. Os Estados Unidos da América do Norte importam açoreanos sãos e fortes para os exportar depois da exploração do seu trabalho e da sua saúde regressando á patria, onde vão acabar a existencia, infectando ás vezes a freguezia, que não conhecia um unico caso de bacillose”.

Esta situação contrasta claramente com o que se passava aquando da ida das pessoas para aquele país, sendo todas rigorosamente fiscalizadas a nível sanitário, de forma a impedir que aí entrassem aquelas que apresentavam sintomas suspeitos, bem como os mendigos⁹⁰. Anos depois, nos relatórios relativos a 1907 e 1910, o mesmo sub-delegado reiterava as suas queixas e críticas, afirmando que a doença alastrava por não haver obstáculos face ao número crescente de indivíduos que regressavam doentes⁹¹ desses “(...) focos intensos de tuberculose, que periodicamente atiram para as nossas povoações rurais, pela remigração, alguns desiludidos que na America do Norte procuravam a fortuna, tendo apenas encontrado doença. Esta deve ser a principal preocupação das autoridades. O Dr. Albino Pacheco, encarregado pela Assistencia Nacional de estudar as causas da tuberculose dos portuguezes na America, aponta, como causas principais, o emprego dos nossos emigrantes em industrias nocivas e a insuficiencia alimentar a que se sujeitam, para economizar alguns pesos com que satisfaçam o encargo da divida que contrahiram para a sua expatriação”⁹².

O problema agravava-se na medida em que, por falta de recursos, não existia qualquer instituição – sanatório, dispensário ou enfermaria – que permitisse proceder ao isolamento dos regressados portadores da doença, condição essencial para se limitar a propagação da doença, uma vez que, afirmava ainda o sub-delegado de saúde, “se os tuberculosos vindos da America do Norte e de outras proveniencias fossem isolados e se os escairos polluidos não se pulverisassem impunemente nas ruas e passeios da cidade e das freguezias ruraes, a doença acabaria por desaparecer em pou-

⁹⁰ *Diário dos Açores*, n.ºs 4751, 2 de Abril de 1902 e 4752, 3 de Abril de 1902, Relatório Anual do Sub-Delegado de Saúde.

⁹¹ *Diário dos Açores*, n.º 5026, 2 de Março de 1908 e n.º 5932, 7 de Abril de 1911, Relatórios anuais do Sub-Delegado de saúde.

⁹² *Diário dos Açores*, n.ºs 5002 e 5003, 7 e 8 de Fevereiro de 1908. Transcrição do texto das conferências sobre a tuberculose e o alcoolismo proferidas pelo Dr. Henrique Maria d’Aguiar no Ateneu Comercial de Ponta Delgada.

co tempo, ou pelo menos seriam muito diminutos os exemplares d'esse terrível morbo, que é mais fácil evitar do que curar”⁹³.

Infectadas sucessivamente muitas pessoas, a doença encontrava terreno propício à sua disseminação nas habitações de muitas famílias, parcas em higiene e conforto, porque os recursos mais não permitiam. No contexto desta doença, como acontecia em relação a outras, a comunicação social e a opinião pública mais informada denunciavam os condicionamentos diversos que, agindo em concomitância, concorriam para a criação de uma situação que determinava, de certa forma, o comportamento da variável mortalidade, aqui especificamente no que diz respeito a uma causa importante – a tuberculose –, em que, às condições precárias de sanidade e aos factores culturais característicos do meio, se vinham ligar certos efeitos dos movimentos migratórios, com o regresso de pessoas infectadas de um país para onde tinham partido em busca de melhor vida.

Em termos de conclusão, sempre difícil num tema tão vasto como o que nos propusemos abordar, e com base no que ficou exposto, julgamos poder afirmar que nos Açores o recurso à emigração se apresentou como uma estratégia fundamental para fugir às dificuldades sócio-económicas que afectavam as ilhas. Embora dificilmente mensurável, o fenómeno emigratório foi uma realidade sempre constante ao longo da história das nossas gentes, motivada, por um lado, por anseios e ambições particulares e colectivas e, por outro, sujeita a imperativos políticos e militares ditados pela coroa e outros poderes que se lhe seguiram, em termos internos, ou ainda por outras “centralidades” configuradas em espaços bem mais vastos e distantes. Deste modo, justifica-se a nossa opção em iniciar este texto com uma citação de Frei Diogo das Chagas, cronista natural da ilha das Flores, que, por meados do século XVII, se referiu a um hipotético dito de tom profético, atribuído ao infante D. Fernando, que parece condensar as linhas gerais da história açoriana que acabamos de esboçar: “elle como profetizando disse os primeiros pouoadores dessas Ilhas roçarão, e trabalharão, e seus filhos semearão, os netos uenderão, e os mais descendentes fugirão dellas o que assim aconteceo, conforme o que ate aqui os tempos nos tem mostrados”⁹⁴.

⁹³ *Diário dos Açores*, n.º 5932, 7 de Abril de 1911, Relatório Anual do Sub-delegado de Saúde.

⁹⁴ Cf. Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de Freitas de Meneses e

No caso açoriano, a emigração parece trata-se de uma convergência de interesses individuais, familiares e nacionais. Nos séculos XVI a XVIII, o incentivo à saída de “casais” e, sobretudo, as movimentações militares exigidas pelo Estado caracterizaram, em grande medida, as saídas açorianas naquela época. Esta emigração colonizadora, quase sempre definitiva, coexistiu com outros propósitos marcadamente individuais e familiares expressos nos passaportes, a partir de 1758. Foi no destino brasileiro que se jogaram, até finais do século XIX, os impulsos individuais e colectivos da mais variada ordem. A emigração para a América do Norte, pontualmente assinalada em meados de Oitocentos, veio a assumir-se como dominante durante o século XX, tendo esta também como base fundamental anseios individuais e familiares a melhores condições de vida. Todavia, também nela se jogaram interesses mais vastos de ordem económica e política, quer como solução para o desemprego, a pobreza e a insatisfação social, geradora de conflitualidades que se desejavam evitar, quer como possibilidade de equilibrar os poucos recursos financeiros das famílias e do Estado.

A emigração influenciou, ao longo da história açoriana, o volume e as estruturas demográficas das nove ilhas do arquipélago, tanto de uma forma directa como indirecta, neste caso através do declínio da nupcialidade e da natalidade. Mas também a estratégica localização dos Açores, fronteira mais ocidental da Europa, na convergência das rotas oceânicas, unindo as duas margens do Atlântico, expunha a já de si débil demografia insular ao contacto com pessoas e bens que, se podiam contribuir para o desenvolvimento local, arrastavam consigo o perigo do contágio epidémico. Apesar das medidas adoptadas pelas autoridades locais, nem sempre foi possível sustentar a entrada nas ilhas da peste ou de outras doenças contagiosas.

Hoje, quando a emigração parece adquirir uma menor relevância no evoluir da população açoriana, o evidente declínio da fecundidade e da mortalidade e o consequente envelhecimento da população, aproximam a demografia do arquipélago das tendências da modernidade. No entanto, as consequências destes processos só poderão ser correctamente avaliadas no futuro. Mantêm-se, contudo, em nosso entender, muitas das características que identificam o arquipélago dos Açores como região de fronteira.

Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Ponta Delgada-Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso-Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989, p. 120.